

IMPrensa E CONFLITO: NARRATIVAS DE UMA GEOGRAFIA VIOLENTADA

Fernando Resende

*Permanece uma questão cuja resposta procuro: que
forma de narrativa nos aproximará do homem?*

Michel Serres

A Palestina como desafio

“Julho de 2015. Ataque terrorista em Duma, uma vila situada na região nordeste de West Bank, na Palestina. Um bebê é assassinado, queimado vivo, suspeita-se, por líderes da extrema direita em Israel. Julho de 2014. Uma guerra na já sitiada Gaza, em 50 dias, «matou 2.251 palestinos (1.462 civis) e 72 israelenses (seis civis)”³³. Pelo menos desde o início do século passado, a Palestina é um território que vive um intermitente processo de apagamento e desaparecimento³⁴.

³³ Cuenca, J.P. “Um ano após guerra, Faixa de Gaza se torna prisão dentro de prisão”. (*Folha de São Paulo*, 25/07/2015) Em <http://app.folha.uol.com.br/#noticia/576889> (acesso julho/2015)

³⁴ O Estado de Israel foi proclamado em maio de 1948, fato que para os palestinos passou a receber o nome de Nakba, que em árabe significa a grande catástrofe, pois é o ano que marca o princípio da tragédia que se abateu sobre o povo palestino.

Invadida e ocupada por judeus sionistas, que primeiro contaram com o apoio do Império Britânico, ela é hoje uma nação destruída por uma política de invasão territorial e por forças bélicas incomensuráveis por parte do Estado de Israel. A pergunta sobre o que é a Palestina, enquanto nação, é uma constante tanto entre os que foram (e ainda são) obrigados a abandoná-la como entre os que lá vivem, impedidos de se locomoverem no próprio território. Edward Said nos apresenta a dúvida que toma uma nação inteira: “Quando nos tornamos ‘um povo’? Quando deixamos de ser? Ou será que estamos ainda no processo de nos tornarmos? O que essas grandes questões têm a ver com nossas íntimas relações, entre nós e com os outros?”³⁵

O conflito vivido pelo (e no) território palestino, que acontece pelo menos desde o início do século XX, vem sedimentando marcas por vezes difíceis de serem escavadas. Muitas vezes, por tecer a intriga com vistas a um sem-fim de dados, números e pesquisas, as narrativas da imprensa comportam conteúdos simplificadores que nada mais fazem além de informar – quando assim o fazem – acerca daquele acontecimento. E por este motivo, dentre os vários desafios com os quais a imprensa internacional diariamente se confronta, talvez hoje possamos pensar que narrar aquele território em conflito seja o exemplo maior.

As narrativas da imprensa, de modo geral, quase sempre fragmentadas, desprendidas umas das outras, narram os fatos como se eles fossem desprovidos de contextos, deixando que nelas prevaleçam as dicotomias e os binarismos. Devedor de uma referência ao real, o discurso da imprensa prima pela pressuposição de poder oferecer uma representação do mundo que seja verdadeira, objetiva e imparcial. Um pressuposto respaldado por uma perspectiva histórica e teórica de cunho tecnicista que, entre outros aspetos,

³⁵ No original: “When did we become ‘a people’? When did we stop being one? Or are we in the process of becoming one? What do these big questions have to do with our intimate relationships with each other and with others?” (Said, 1986:34).

foi também legitimado pela hegemonia de um pensamento dito “científico” e a consolidação de uma racionalidade dita “instrumental»³⁶.

Assim, uma das perguntas que acompanha esta reflexão – como pensar a imprensa tendo o território palestino como desafio? – parece crucial para nos fazer entender a demanda pela sustentação de outras abordagens teóricas e práticas que coloquem em questão o próprio jornalismo. Como uma das possíveis instâncias de enunciação midiática, no mundo atual, cabe pensar a imprensa para além da sua função primeira, que é transmitir informação? A partir desta indagação, esta reflexão assume a representação e a linguagem como aspectos centrais para a problematização de um jornalismo pautado por um paradigma relacional (Marcos, 2007). Um caminho que parece imprescindível, caso levemos adiante o pressuposto de entender o jornalismo a partir da narrativa.

Como procedimento conceitual, mais até do que um recurso analítico, a narrativa é assim um dos aspectos centrais desta discussão. Tomá-la como um problema demanda assumir posturas epistemológicas que, inevitavelmente, colocam em questão os modos de compreender o jornalismo (Resende, 2011). Como uma instância de enunciação na qual se deflagram lutas e relações de poder, o jornalismo é aqui entendido como uma prática cultural-discursiva, sujeita a alterações no tempo/espço em que acontece. O que nele há de fixo são suas regras discursivas, estratégias e técnicas que visam à referencialidade do fato que narra. Sob a perspectiva da narrativa, porém, o que se instala é um paradoxo: a organização do caos cotidiano – tarefa que é premente ao exercício do jornalismo – não é garantia de uma representação fidedigna.

³⁶ Em Resende (2008), resenha do livro organizado por Benetti & Lago (2007), procuro fazer uma reflexão sobre as condições em que se assentam algumas das epistemologias e metodologias fundantes no campo do jornalismo, processo que nos ajuda a entender os esforços do campo em se haver com as contradições entre as perspectivas dominantes e outras relacionadas às problemáticas da linguagem.

Quando se entende a narrativa como lugar de ordem e desordem (Ricoeur, 2010), o que se nota, nas páginas do jornal, são desarranjos e faltas. Certeau nos leva a melhor compreender essa perspectiva ao dizer do relato como espaço criador de delimitações e mobilidades. Diz o autor: “o relato não se cansa de colocar fronteiras” e, ao mesmo tempo, deixar transparecer proximidades traçadas “pelos pontos de encontro entre as apropriações progressivas (...) e os deslocamentos sucessivos (...) dos actantes” (2000: 212-213). Assim, pensar a imprensa a partir da narrativa – esta reflexão sugere – é admitir o conflito como lhe sendo absolutamente constitutivo; dado que se deve buscar reconhecer na narrativa, ou seja, no espaço em que o acontecimento é configurado.

Tendo o território em questão como desafio e a narrativa como um problema, este artigo pretende muito menos se deter a uma crítica sobre os reducionismos a que está submetido o discurso da imprensa do que contribuir para uma reflexão acerca da potência da narrativa, diante, particularmente, das complexidades que regem os conflitos de longa duração. Seu objetivo principal é lançar um olhar que indague acerca dos modos de apresentar e representar o conflito Israel/Palestina. Se no espaço da mídia encontramos “imagens, impactos emocionais de acontecimentos, tão intensos quanto breves”, que, de acordo com Matos, só nos fazem “[oscilar] entre a indignação e a compaixão” (2006, 23), não há de se negar que nele também notamos o uso de distintos modos narrativos que chamam atenção para outras possíveis leituras sobre o conflito.

Por esta razão, uma outra pergunta – como tem sido / pode ser narrado o conflito Israel/Palestina? – também nos parece relevante. Ela pode nos fazer compreender quão complexo são os modos de inserção dos sujeitos e dos poderes que se configuram neste território que, antes de tudo, é uma geografia violentada. São infundáveis as tramas que tecem um território no qual a articulação de poderes políticos e econômicos – o Estado de Israel e seus aliados

– se amalgamam a dinâmicas culturais e religiosas, para dizermos o mínimo em relação aos imaginários que convergem, por exemplo, na cidade de Jerusalém. Falamos, portanto, de várias camadas de narrativas, desejos e poderes que se inscrevem e se instalam, há séculos, em uma geografia que se encontra exaurida.

Exhausted geography – conceito de Irit Rogoff (2000) – é fundamental para a reflexão que este artigo propõe. Ao discutir geografia, espaço e formas de engendramento do conhecimento em territórios que vivem conflitos de longa duração, particularmente os que envolvem a região do Oriente Médio, esta autora reconhece o esgotamento dos recursos epistemológicos e analíticos que até então têm amparado as explicações e reflexões sobre os conflitos. Uma geografia exaurida impõe outros modos de apreensão dos sentidos, outras narrativas, a respeito da vida e da luta que nela se trava.

Assim, reconhecer os modos que o território palestino e seus sujeitos se inscrevem no cenário global contemporâneo é, da mesma forma, muito importante; trata-se de um gesto que nos ajuda a colocar em cena (e em questão) as complexidades inscritas naquele espaço. Nessa geografia violentada, onde quem é dono da terra não pode nela viver, encontram-se sujeitos que carregam experiências identitárias pluri-geográficas e que vivem, ao mesmo tempo, uma ideia de nação que só existe em forma de apagamento (Said, 2011). Nesse lugar, cultura e política se amalgam de tal modo que se torna imprescindível um olhar crítico e uma abordagem teórico-analítica que reconheçam modos de existir como sendo também modos de resistir (Tawil-Souri, 2012).

As camadas de estereótipos e os binarismos que hoje dão forma a este território precisam ser constantemente escavados, debatidos e confrontados. Nesse sentido, a narrativa, através da imprensa e de vários outros sistemas de representação, tem um papel crucial, ela pode ajudar a desvelar os desdobramentos e as contradições que o conflito produz, fazendo-nos ver os conflitos dentro do conflito,

gerando, em nós, talvez, saberes e experiências mais complexos, algo maior do que simples indignação ou compaixão. Além disso, produzir narrativa é um gesto estético de produção de cultura, o que no caso da Palestina é de caráter eminentemente político (Tawil-Souri, 2012). E é neste lugar que o olhar lançado neste artigo assume uma dimensão política e estética, instâncias absolutamente amalgamadas no mundo que hoje conhecemos (Rancière, 2005).

A imprensa hoje: representação e linguagem como problemas

Bruno Latour, ao problematizar a produção de conhecimento no mundo que chamamos “moderno”, faz do jornal uma metáfora instigante. Para este autor, ao se esforçar para dar ordem às nossas experiências no mundo da vida, o jornal materializa – ou serve como exemplo para se pensar – uma certa crise no processo de produção de conhecimento. Entre a proliferação de híbridos – somos todos um misto de natureza e cultura – e o trabalho de eliminação desses híbridos – o esforço de assepsia com o qual lida, de modo geral, o processo de produção de conhecimento –, o autor nos interpela a todos: “Se a leitura do jornal diário é a reza do homem moderno, quão estranho é o homem que hoje reza lendo estes assuntos confusos” (2009: 8).

O trabalho de separar para organizar – gesto que, para além do jornal e do jornalismo, é próprio do pensamento moderno – está diretamente ligado ao esforço de eliminação dos híbridos; uma atitude que operacionaliza conhecimentos distanciados do mundo que experimentamos. É nesse sentido que os saberes, tal qual os assuntos, se apresentam confusos, pois para Latour, no próprio espaço do jornal, como também o é no mundo da vida, “toda a cultura e toda a natureza são diariamente reviradas [...]” (2009: 8).

É assim que, para este autor, fatos, poder e discurso – que diretamente nos remetem ao real, ao social e ao narrado – só se apresentam

como separáveis à luz de disciplinas e procedimentos metodológicos que visam à explicação e à organização dos hibridismos. Fazendo referência aos assuntos geralmente abordados no jornal, Latour nos lembra:

O buraco de ozônio é por demais social e por demais narrado para ser realmente natural; as estratégias das firmas e dos chefes de Estado, demasiado cheias de reações químicas para serem reduzidas ao poder e ao interesse; o discurso da ecosfera, por demais real e social para ser reduzido a efeitos de sentido (2009: 12).

Tal problematização dá lugar a uma longa e densa reflexão sobre nossos modos de pensar, estar e narrar (n)o mundo. E é por este viés que o território palestino se apresenta como um desafio para a imprensa. Como separar os interesses econômicos e políticos dos imaginários coletivos e desejos que habitam um território em disputa? Como reportar a invasão e a ocupação da Palestina frente à certeza – ou ao uso do discurso religioso – de ser este gesto nada mais do que uma “volta à Terra Prometida”? Como dar a ver o conflito na complexidade que ele se apresenta diante das demandas de objetividade e tempo que regem o discurso jornalístico? Trata-se de perguntas que, em relação à imprensa, nos levam diretamente ao problema da representação.

Em “Falar para as massas, falar com o outro: valores e desafios do jornalismo” (in: França e Corrêa, 2012: 153-165), busco problematizar a imprensa, pensando-a na atualidade como mais um lugar possível de enunciação acerca do acontecimento. A partir de questões levantadas pela cobertura do conflito Israel/Palestina feita pelo repórter-quadrinista Joe Sacco³⁷, e diante de tantos outros relatos

³⁷ Ver particularmente Sacco, 2000, 2005,2010.

a que temos acesso a partir do próprio avanço tecnológico, é colocada em questão a condição de o jornalismo ser uma instância de enunciação midiática cujos valores legitimados, busco argumentar, sempre seguiram uma lógica externa às problemáticas da linguagem.

Por este viés, ao balizar dois conjuntos de experiências distintos – quadros histórico-culturais –, busco apresentar desafios que nos permitem considerar os modos de encenação da notícia (o lugar próprio da representação) como lugares possíveis de onde emerge uma diversidade de sentidos que viabiliza um processo de ressignificação de valores do/para o jornalismo. O primeiro deles, tomado por uma concepção do que seria falar para uma suposta massa é pautado pelo que podemos chamar de “paradigma informacional”. No que se refere ao seu projeto enunciativo, este quadro coloca para o jornalismo um problema exclusivo: transmitir o que ele define como informação. O *falar para* é o propósito de referência deste quadro histórico-cultural que experimentamos, muito particularmente, até os anos finais do século XX.

Uma das características deste quadro, por exemplo, está na imprensa que particularmente se voltou para os princípios da objetividade, dando a esta proposição técnica um caráter ideológico no âmbito da profissão. Nas palavras de Schudson, “com a ideologia da objetividade, os jornalistas substituíram uma fé simples nos fatos por uma fidelidade às regras e procedimentos criados para um mundo no qual até os fatos eram postos em dúvida” (2001: 122). Esta imprensa, ao sustentar estratégias, epistemologias e técnicas, produziu um modo de falar que contribuiu para que ela própria se legitimasse como detentora de saber sobre os modos de produção do acontecimento.

Pensando a partir da narrativa e do problema da enunciação, os recursos estratégicos e técnicos (a objetividade e o uso de aspas, por exemplo) ou epistemológicos (o saber produzido a partir de um suposto distanciamento por parte de quem narra), exatamente

porque produzem um modo de falar no jornalismo, foram (e têm sido) cruciais para sustentá-lo no seu lugar de legítimo enunciadador de uma verdade. Foi assim que a estratégia da objetividade (Tuchman, 1999), transformada em componente ideológico, tornou-se crucial para fazer da linguagem um problema aparentemente resolvido.

Já o segundo conjunto de experiências a que me refiro recoloca em outros termos, para o campo e a prática do jornalismo, a problemática da linguagem. Caso pudéssemos definir cronologicamente o seu momento de instalação, diríamos que ele «nasce» primordialmente com / e a partir (d) o avanço tecnológico que torna possível a complexificação e o aumento das produções narrativas. Exatamente o mesmo que faz com que a questão da representação, enquanto problema do jornalismo, seja compreendida como um tiro saído pela culatra: o próprio avanço tecnológico e as demandas pela representatividade produzem múltiplos fazeres e narrares, tornando minimamente desejável a ideia de que a comunicação e, certamente, o jornalismo sejam espaços nos quais possam coexistir sujeitos em relação (França, 2006).

Se no quadro anterior, compreendia-se representação como resultado de uma cópia da realidade, ou uma mimese, no sentido aristotélico – um aspecto teórico bastante preciso para o jornalismo em questão, pois o resguarda em sua função primordial de referencialidade e de relação direta com a verdade do fato – no quadro histórico-cultural que hoje experimentamos, entra em questão uma percepção mais voltada para o reconhecimento de uma multiplicidade possível de representações acerca do acontecimento. Na concepção de Rancière, trata-se hoje de um outro regime no qual o estético é tomado como referência, uma outra visão de mundo, menos submissa à “regulagem representativa do visível e da palavra (...), à identificação do processo de significação à construção da história” (2012: 133). Para este autor, o regime atual, que ele chama de “estético», “abole a circunscrição

mimética que separava a razão das ficções da razão dos fatos, a esfera da representação de outras esferas da experiência” (2012: 133)³⁸.

Por este viés, os dias atuais, para a imprensa, deflagram a premissa de considerarmos a linguagem como um problema, e seu reconhecimento implicaria pensar que não se trata mais de um *falar para*, mas muito mais fortemente, da demanda por um *falar com*. Em relação às diferenças que a Comunicação produz, e com as quais ela precisa conviver, Marcos (2007) tece considerações importantes, levando em conta o “relacional» como um desafio hoje “incontornável”. Para esta autora,

A dimensão relacional, tensional, simbólica e mediada da experiência confere à Comunicação um lugar de princípio. No âmbito epistemológico das Ciências da Comunicação, o modo de ser do sujeito face ao mundo, aos outros e a si próprio desenha um quadro de reflexão incontornável. Incontornável porque instável, sem contornos pré-definidos. Incontornável porque indispensável, sem alternativa. (2010: 244)

É por este viés que nossa argumentação central gira em torno do fato de que para o jornalismo, hoje, a problemática da representação assume um valor preponderante tanto em termos teóricos quanto práticos; é neste conjunto de experiências e problemas que o “*como falar com*” se torna uma pergunta essencial.

³⁸ Rancière (2012) toma a arte, no sentido amplo, como parâmetro para pensar o que ele chama de diferença entre o “regime representativo” e o “regime estético”. É preciso levar em conta este fato ao fazermos a passagem da reflexão deste filósofo para os problemas da imprensa e do jornalismo. Este aspecto, entretanto, não deve inviabilizar a transposição dos problemas de um dito sistema para outro. O que Rancière faz notar em relação à representação e aos sistemas que produzem linguagem no mundo atual é amplo o bastante para nos apoiar na crítica que busco fazer em relação à imprensa. Para Rancière, antes de tudo, representação é um problema de linguagem, o que no âmbito desta reflexão nos é crucial.

Sob essa perspectiva, as problemáticas referentes a um falar com o outro, no âmbito da imprensa, fazem parte de um quadro abrangente no qual, em diversos campos e saberes, práticas e conhecimentos são reavaliados. São outros valores e desafios que entram em cena, dada a própria condição de ser o jornalismo uma prática sócio-cultural que, inevitavelmente, sofre alterações ao longo do tempo. Nesse sentido, coloca-se a problemática da representação no âmbito dos discursos e das narrativas jornalísticas como parte de um jogo de reconfiguração do saber, o que implica, necessariamente, a busca por práticas e instrumentais teóricos e metodológicos que minimamente deem conta das demandas atuais.

A crítica que, de modo geral, se faz à imprensa em relação às coberturas simplistas e reducionistas precisa ser colocada nesses termos. No quadro histórico-cultural que ora experimentamos, as teorias e saberes que se fizeram hegemônicos, diante das mudanças em curso, parecem ter se convertido em frágeis pilares. E é neste conjunto de problemas que o olhar lançado ao jornalismo pelo viés da narrativa adquire um papel proeminente. Trata-se antes de tudo de pensá-lo pelo viés da linguagem – «o que acontece na narrativa é a linguagem», disse Barthes (1988: 115) – e, mais ainda, de considerá-lo parte de uma dimensão discursiva ampliada, já que a narrativa, inevitavelmente, acolhe princípios que extrapolam as ordens dos discursos (Ricoeur, 2005; Resende, 2011a).

Por este viés, assume-se a linguagem como base epistêmica para pensar o jornalismo, colocando em cena a problemática da enunciação³⁹. É a fala como gesto, se quisermos assim pensar, que é evocada como um dos problemas centrais do que hoje conhecemos como

³⁹ Para Michel de Certeau (2000), a “virada da modernidade” consiste em nos fazer entender que, com a morte de Deus, cabe ao homem produzir a fala. Para este autor, este é o momento em que a problemática da enunciação se torna o problema da comunicação.

jornalismo. Nesse sentido, parece-nos importante as considerações de Mayra Gomes:

antes de registrar, informar, antes de ser colocado pelas condições que o caracterizam, por exemplo, periodicidade, universalidade, atualidade, difusão [...] o jornalismo é ele próprio um fato de língua. Seu papel e sua função na instituição social implica o de organizar discursivamente, o que, aliás, é a prática jornalística por excelência (2008: 19).

Como prática social-discursiva, este jornalismo do qual falo, é um «conjunto de problemas, orientações, intenções e dizeres que, de forma inseparável, dá a ver o possível do mundo» (Resende, 2011: 128). Ele enuncia, representa e media outras práticas – culturais, sociais, políticas, econômicas – inscritas no cotidiano. E somente assim, ressignificado, se pode compreendê-lo a partir de suas narrativas, plenas de aprisionamentos e potencialidades. Pois são elas, as narrativas, que nos interpelam a um olhar pela linguagem, o que necessariamente excede o esforço da produção de uma técnica.

A Palestina no cenário global contemporâneo

Na introdução de *Nação e Narração*, Homi Bhabha reclama de uma “perda” por não ter sido incluído no livro por ele organizado um ensaio sobre aqueles “que ainda não encontraram a sua nação” (1990: 8). Os palestinos, para Bhabha, são esses cujas vozes haveriam de estar “entre as imagens exorbitantes do espaço-nação em sua dimensão transnacional” (1990: 08). Bhabha conclui sua reflexão com as mesmas perguntas de Said (que lemos no início deste artigo), fazendo-nos entender que ele não está somente lamentando a perda do que seria mais um capítulo do livro, mas,

fundamentalmente, constatando a dúvida sobre que tipo de nação a Palestina é ou deixa de ser.

Além de a Palestina ser hoje uma fonte constante de notícias para a imprensa e a TV, as narrativas sobre a Palestina e os palestinos (produzidas por eles ou não) têm aumentado em número, e, por conseguinte, se diversificado em termos de formas, vozes e suportes comunicacionais. Entretanto, certamente desde quando Bhabha e Said já discutiam os problemas daquele território, os conflitos vividos pelos palestinos só têm se exacerbado.

Partindo de uma perspectiva histórica do conflito Israel/Palestina, Rashid Khalid argumenta que “a dura tarefa dos palestinos para cruzar fronteiras, limites e barreiras dentro e fora da sua própria terra (...) não diminuiu” nos últimos 20 anos⁴⁰. Seja em relação à progressiva perda do território, ao aumento no número de palestinos sendo presos e assassinados ou ainda ao crescimento no número de campos de refugiados na região, os séculos XX e XXI testemunham um conflito dramático e sem fim no qual, não há dúvida, a Palestina e os palestinos são o lado perdedor.

Na medida em que as políticas de ocupação do território recrudescem e são implementadas, os palestinos não têm outra opção senão viver confinados ou abandonar sua terra. Intervenções políticas e econômicas por parte de Israel, amparadas pelos Estados Unidos, vários países europeus e alguns dos países árabes limitam o ir e vir dos que ainda vivem na região. Além disso, o aumento dos problemas em relação às políticas de relações internacionais devido aos conflitos internos – dos quais disputas entre o Fatah e o Hamas são exemplos – são alguns dos problemas que tornam hoje ainda mais complexa a questão da Palestina.

⁴⁰ Tradução livre do original: “(...) the travails of Palestinians in crossing boundaries, borders, and barriers within and without their homeland (...) have not diminished.” In: Rashid, 2010: xxiv.

De uma perspectiva cultural, entretanto, nota-se também que desde o final do século XX, o mundo tem experimentado uma mudança significativa e um avanço tecnológico bastante singular no que se refere à diversificação de aparelhos eletrônicos através dos quais as histórias são contadas e disseminadas. Há ainda filmes, documentários e programas de TV, por exemplo, que também contam histórias do conflito, muitas vezes, de forma diferenciada da que estamos habituados a ler nas chamadas “mídias hegemônicas e tradicionais”. Hoje, talvez mais que nunca, temos acesso a várias narrativas sobre este conflito de formas distintas através dos mais diversos meios.

Longe de pensar que seja este o fim dos oligopólios das mídias e ainda que todos os cidadãos têm o mesmo acesso à produção e à leitura dessas narrativas, uma certa pulverização dessas histórias, e portanto dos saberes sobre o conflito, não pode ser desconsiderada. Seja através de telefones móveis ou redes sociais, por exemplo, com narrativas em primeira pessoa e informação vinda direta do local do conflito, partindo inclusive daqueles que o experimentam no cotidiano, tais narrativas, para o bem e para o mal, alteram a nossa compreensão do conflito propriamente dito (Resende e Paes, 2011b).

Para entender a Palestina na sua contemporaneidade e nos seus gestos de resistência, Tawil-Souri associa e contrapõe a ideia de uma expansão midiática com a redução espacial do território palestino. Segundo a autora, este aspecto forma um relevante “campo de contradições”, pois junto com “repressão, obstrução, controle, vigília e silenciamentos”, é somente agora, desde os anos 90, que “os palestinos que vivem nos Territórios Ocupados têm a ‘liberdade’ para produzir mídia”.⁴¹ A ênfase que a autora dá à palavra “liberdade» certamente chama atenção para o fato de que a produção de

⁴¹ Tradução livre do original: “repression, obstruction, control, surveillance and silencing, it is since the 1990s that Palestinians in the Territories have (...) had the ‘freedom’ to create media”. Tawil-Souri, (2012: 145).

narrativa, principalmente nos Territórios Ocupados, ainda é uma questão problemática. Porém, após a Nakba (1948), o que Tawil-Souri reconhece é que este é um momento importante para os palestinos, que, de muitas maneiras, vêm sendo capazes de contar as histórias da sua luta e das suas vidas cotidianas.

Nesse sentido, nota-se o aumento da produção narrativa não somente no número elevado de festivais de cinema da Palestina, com produções locais bastante expressivas, como também no enorme volume de *weblogs* dedicados a discutir a questão palestina, além da grande variedade de livros (literários e acadêmicos) e periódicos com material publicado sobre e pelos palestinos. Ecoando Tawil-Souri, contextualizar a Palestina no cenário global contemporâneo, contrastando este aumento dos produtos culturais com o acirramento e a maior gravidade das questões políticas e econômicas efetivamente enfatiza os signos de resistência que marcam as vidas dos palestinos. Narrar – sugiro – é criar cultura, e este gesto, no caso da Palestina, ainda de acordo com Tawil-Souri, é uma “forma de resistência política” (2012: 139).

Deste ponto de vista, abordar o problema da Palestina pelo viés da narrativa não se configura tão-somente como um instrumento metodológico, mas também, e principalmente, como um operador conceitual que evidencia uma forma estética e política de criar resistências. Nos seus estudos sobre o tempo e a narrativa, Ricoeur aponta nesta mesma direção ao nos fazer entender que a narrativa é o espaço no qual a desordem se faz visível. Nas suas palavras, “a tessitura da intriga nunca é o triunfo da ordem” (2010: 13). Ao contrário, a narrativa histórica ou ficcional é também o lugar em que o humano experimenta as disjunções temporais, é onde e quando a linearidade imaginada encontra os seus contrapontos. Para Ricoeur, narrar é estar no mundo, um ato intrinsecamente humano, feito de continuidades e rupturas. O que a narrativa faz, ele diz, é “tentar colocar consonâncias onde só pode haver dissonâncias” (2010: 112).

Alguns palestinos estão hoje confinados em uma terra que é deles, mas sobre a qual não têm direitos. Uns vivem em vilas constantemente sitiadas e vigiadas, como em West Bank, Gaza e Jerusalém, alguns em outras cidades em franco processo de apagamento, como Jaffa e Haifa, e há ainda os que vivem exilados em outros países e/ou em campos de refugiados. É assim que se constrói hoje a experiência de ser palestino, ela é multi-geográfica. Não se trata somente de uma questão de dispersão, mas, de uma maneira muito mais complexa, de uma experiência de multi-localidades que se vive simultaneamente com o sentimento de não caber em espaço algum.⁴²

Diante de tamanha complexidade, a problematização da questão da Palestina pelo viés da narrativa pode nos ser muito útil no processo de desvelamento das camadas de padrões hegemônicos que geralmente encobrem as experiências e as vidas dos que habitam aquele território. Narrar a Palestina é uma forma de representar o seu problema, tornando-o vivo perante o outro; um gesto político de intervenção nas dinâmicas sócio-culturais. Said corrobora dizendo que “o poder de narrar ou de impedir que outras narrativas se formem e apareçam é muito importante para a articulação cultura/imperialismo, constituindo uma das mais importantes conexões entre eles”.⁴³

Um elo político/estético, portanto, é o que se nota claramente na produção de narrativas em torno de conflitos de natureza territorial, como é o caso do conflito Israel/Palestina. Matar & Harb, ao discutirem conflito e narração no Oriente Médio, chamam atenção para o fato de que “em nenhum outro lugar a disputa pela imaginação, construção e narração de conflito, assim como seus sentidos e

⁴² Considerações feitas por Tawil-Souri na Conferência “Palestinian Screens of Struggle”, que aconteceu durante o Palestine Film Festival (School of Oriental and African Studies (SOAS), University of London, Maio/2013).

⁴³ Tradução livre do original: “the power to narrate, or to block other narratives from forming and emerging, is very important to culture and imperialism, and constitutes one of the main connections between them”. In: Said, 1994: xiii.

centralidade no cotidiano das pessoas, é mais contundente (...) do que na Palestina e no Líbano”, já que são, além de tudo, disputas que colocam em questão noções de “espaço, identidade, discurso, imagem, narrativa”⁴⁴.

Deste modo, interpretar e abrir outras leituras possíveis em relação ao conflito vivido na Palestina significa escavar a vida cotidiana do palestino, este que, sitiado e coagido, vive também em constante processo de deslocamento, lutando para sustentar e, ao mesmo tempo, (re)construir tanto a nação que hoje lhe é possível como aquela pela qual ele anseia. Como dar a ver, no âmbito da representação, os interesses e desejos que ali se instalam? Um desafio enorme para um tipo de imprensa que tradicionalmente se esmera em pautar-se por grandes narrativas, não só alijando-nos do processo de sedimentação de camadas de estereótipos como também deixando de lado aquilo que parece menor diante de um conflito de natureza tão absurda.

Produção de estereótipos e modos de resistir pela linguagem

Jean Genet passou dois anos morando em um campo de refugiados palestino, na Jordânia dos anos 1970, e mostrava-se já preocupado com o processo de produção de imagens cujo intuito era transmitir a realidade. Referindo-se ao uso dos significantes terrorismo, holocausto e genocídio, em relação ao conflito, Genet dizia: “É bastante inteligente da parte de Israel levar a guerra ao coração da linguagem”.⁴⁵

⁴⁴ Tradução livre do original: “nowhere is the competition over the imagination, construction and narration of conflict, as well as its meanings and its centrality to people’s everyday lives more compelling, since in the Middle East, these competitions, above all, put into play concepts of “space, identity, discourse, image and narrative”. In: Matar e Harb, 2013: 4.

⁴⁵ No original: “it is very smart of Israel to carry the war right into the heart of vocabulary” (Genet, 2003: 374).

O cenário midiático global, hoje, levanta – ou pelo menos joga luz sobre – a questão dos sentidos que os significantes adquirem nas narrativas sobre o conflito. Em uma tal guerra de narrativas, na qual os sentidos são disputados “no coração da linguagem”, atores hegemônicos – como é o caso de Israel – sempre começam vencendo; eles detêm o discurso dominante e os aparatos que sustentam sua causa⁴⁶. Por esta razão, o terreno torna-se vulnerável e bastante propício à sedimentação de estereótipos e binarismos.

“Portrait of Palestine”⁴⁷ pode nos ajudar a entender o processo de formação de camadas de narrativas dominantes acerca do conflito e da região. No escopo deste artigo, ele nos serve como um exemplo fundante, pois nele se inscreve as grandes narrativas que seguem, ainda nos dias de hoje, pautando muito do que se entende pelo conflito. A narrativa se inicia traçando um perfil religioso dos palestinos, segundo o narrador, uma mistura de muçulmanos, samaritanos, judeus e cristãos. O documentário dá ênfase, desde o começo, a uma narrativa bíblica na qual a cidade de Bethlehem é apresentada como um local em que há uma “igreja católica romana chamada ‘Igreja de Todas as Nações’”.

Com uma narrativa dividida basicamente em duas partes, assistimos primeiro à “Palestina do passado – um lugar comum onde o homem jamais tocou, habitado por humildes artesãos e mulheres que vestem roupas da Europa medieval”. São pessoas que moram em “cidades muito calmas” – como se descreve Jerusalém –, e “que nada querem além de paz”. Já na segunda parte, entretanto, chamada

⁴⁶ Esta reflexão se deve aos trabalhos de Bakhtin e Foucault, basicamente a partir do pensamento do primeiro deles sobre o discurso como “campo de batalha social” (ver Mikhail, 1981), e a preocupação de Foucault em relação à preponderância que o conhecimento e o discurso disciplinar tem sobre a representação. (ver Foucault, 2002).

⁴⁷ Produzido em 1947, um ano antes da Nakba, pela Anglo-Scottish Pictures, o documentário de 16 minutos pode ser visto em <http://www.colonialfilm.org.uk/node/2477> (acesso em outubro/2013). Todas as falas deste documentário foram literalmente transcritas e são, portanto, livres traduções.

“o caminho para o futuro”, nota-se uma mudança substancial: uma música mais agitada e uma narração mais densa anunciam a chegada da modernidade.

A narrativa prossegue enaltecendo a presença árabe na região, dizendo, por exemplo, se tratar de uma cultura mundialmente conhecida desde a Idade Média, mas com uma proposta clara de sustentar a diferença entre o passado que a Palestina estaria deixando para trás e suas prospeções para o futuro. “Jovens árabes”, diz o narrador, agora buscam “reviver suas tradições” enquanto se tornam “cidadãos do mundo moderno”. Um tipo de modernidade, entendemos pela própria narrativa, que viria com a implementação do Mandato Britânico e com os colonizadores sionistas que já trabalhavam na terra fazendo uso de uma “moderna maquinaria”. “Seja qual for o futuro político da Palestina”, diz o narrador, “o Governo Britânico está determinado a fazer com que a terra comum aos árabes e aos judeus se beneficie dos privilégios da ciência Ocidental”. Desse modo, e logo após nos mostrar a moderna arquitetura de Jaffa e Jerusalém, a Universidade Hebraica e o novo Hospital Judaico, a única dúvida com a qual o narrador nos deixa é o quanto árabes e judeus “poderão viver juntos e em paz”.

“Portrait of Palestine», com um título já bastante simbólico, produz uma narrativa que unifica significantes tais como nações / Ocidental / modernidade / Sionismo / benefícios. Através desta narrativa fílmica, entendemos que a novidade – o progresso e o desenvolvimento – viria daqueles que lutam para fazer a Palestina crescer e ser o que «sua terra sempre prometeu». Além disso, aprendemos que o futuro não somente virá das mãos dos judeus e dos Sionistas, como também pelo conhecimento de (e compromisso com) um tipo de modernidade inscrita em um Ocidente imaginado. De várias formas, esta narrativa carrega já estratégias discursivas hegemônicas fundantes usadas a favor da ocupação hoje em curso.

Como “retrato” de um lugar, esta narrativa inventa um futuro, contestando a Palestina do passado e reiterando-a como incapaz de acompanhar as demandas do progresso. Na sua estrutura, todas as grandes narrativas – religião, modernidade e progresso, por exemplo – se tornam parte da Palestina ali representada. Além de reforçar uma compreensão binária do conflito que já ali se instalava – o arcaico ou o moderno, o religioso ou o secular –, nesta narrativa o discurso sionista é acobertado sob as perspectivas das promessas do Ocidente. Um relato exemplar, queremos sugerir, pois ajuda a fundar sentidos que também hoje vemos disseminados em meios de comunicação hegemônicos e em outros sistemas de representação. Esses que produzem graves estereótipos e contra os quais a Palestina e os palestinos também têm procurado lutar.

Todorov nos lembra que “a narrativa está necessariamente inserida num diálogo do qual os homens não são apenas o objeto, mas também os protagonistas.” (2009: 86). Nesse sentido, um contraste com o retrato construído em “Portrait of Palestine” seria a fala de Azzouni, em entrevista concedida ao *Electronic Intifada*⁴⁸: «Eu não reconheço mais a cidade de Jerusalém, aquela na qual eu um dia morei”. Azzouni é palestina, não mora mais em Jerusalém, e é através do seu relato que também sabemos dos tempos disjuntivos inscritos na sua experiência, em relação, particularmente, ao que a cidade de Jerusalém é hoje e o que ela foi no passado.

Sua fala nos diz ainda das inúmeras restrições a ela impostas pelo Estado de Israel em relação ao seu direito de ir e vir. Em outras palavras, através deste relato sabemos que não só Jerusalém vive uma disjunção temporal como também entendemos que este é o aspecto que molda a experiência de Azzouni. Sua família despedaçada assim o é porque ela não pode mais morar na cidade que marca e dá

⁴⁸ Entrevista completa em: <http://electronicintifada.net/content/israels-residency-regime-causes-silent-transfer-jerusalem/12814> (acesso outubro/2013)

sentido à experiência que ela um dia viveu. É a partir desse desacerto que Azzouni se constitui, ela mesma, como deslocada no tempo e no espaço, pois ela própria é parte de uma família absolutamente fragmentada:

dois são agora cidadãos franceses, eu sou jordaniana – e, como uma palestina, não autorizada a requerer cidadania jordaniana para o restante da minha família – e outros dois são cidadãos que não pertencem a Estado algum. É muito chocante, mas esta é a nossa Terra.

Se entendemos o conflito “entre os palestinos e o Sionismo como uma luta entre uma presença e uma interpretação, sendo que os primeiros constantemente aparecem subjugados e erradicados pelo segundo”⁴⁹, ler a Palestina e as experiências dos sujeitos envolvidos no conflito, e que portanto sofrem suas consequências, é fundamental para nos revelar a complexidade que ali se inscreve. Quando o fluxo dominante insiste em se organizar a partir de binarismos e de narrativas totalitárias, por exemplo, as religiosas, os aspectos relativos aos desdobramentos e às contradições que o conflito produz tornam-se armas muito significativas. Eles são modos de resistir pela linguagem, pois nos ajudam a reinterpretar o conflito, jogando luz sobre sujeitos, modos de vida e temas geralmente obliterados pelos discursos do poder.

No microscópico e no ordinário – no elementar do cotidiano – estão camadas, muitas vezes acobertadas pelas grandes narrativas, que precisam ser constantemente escavadas e desveladas. É fundamental produzir imagens – representações – que se contraponham às totalidades e aos absolutos. Os tempos disjuntivos que habitam a

⁴⁹ Tradução livre do original: “if we understand the conflict between Palestinians and Zionism as a struggle between a presence and an interpretation, [by] the former constantly appearing to be overpowered and eradicated by the latter”. Said, 1992: 8.

Jerusalém de Azzouni, por exemplo, tornam-se elementos relevantes, pois nos ajudam a ressignificar a cidade supostamente dividida entre o velho e o novo, entre o moderno e o tradicional.

Em material publicado no Brasil – uma reportagem para a *Revista Piauí*⁵⁰ – Flávia Castro faz uma espécie de diário, colocando em cena duas das narrativas centrais que vigoram no conflito Israel/Palestina. De um lado, israelenses certos de que o território é deles por direito, do outro, palestinos, seguros da violação do seu direito de viver na própria terra. O caminho que a autora da reportagem escolhe para mostrar essas “duas narrativas”, como ela mesma chama, não consiste – e isto é muito importante – em simplesmente apontar, ou mostrar, que elas existem.

A própria escolha de fazer um diário, forma tão particular para a produção de relatos do cotidiano, é já relevante, pois ressalta uma experiência com o presente imediato, sem a demanda por uma explicação ou por uma conclusão acerca do lugar para o qual nos levaria o conflito. Afinal de contas, todo diário precisa do dia seguinte para que o(s) acontecimento(s) se desdobre(m)⁵¹.

Além disso, ao narrar em primeira pessoa, Flávia Castro se desloca da perspectiva de autoridade que tal procedimento de antemão lhe garantiria, pois deixa claro a sua própria dúvida quanto ao que vai encontrar.

11 DE DEZEMBRO, QUINTA-FEIRA. Estou no Aeroporto Ben Gurion, em Tel-Aviv, na fila da polícia. Ensaio mentalmente todas as respostas que me ocorrem às perguntas que os agentes

⁵⁰ Em <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-103/diario-flavia-castro/entre-duas-narrativas> (acesso em agosto/2015)

⁵¹ Na invasão que o Iraque sofreu em 2003, Sérgio D’Ávila, no jornal *Folha de São Paulo*, faz uso desta mesma forma. O jornalista publica durante um mês a coluna “Diário de Bagdá”, que hoje é um livro: *Diário de Bagdá – A guerra do Iraque segundo os bombardeados*, de Sérgio Dávila e Juca Varela, DBA, São Paulo, 2003.

de segurança certamente farão. Amigos me preveniram: “Não se assuste, é assim com todos. Podem até te levar para uma salinha...” Verifico pela décima vez meus documentos. A fila avança.

O ensaio mental para que se tenha as respostas na ponta da língua e o ato insistente de verificar os documentos, gestos tão comumente conhecidos como próprios de quem está em estado de tensão ao entrar em qualquer país, denotam, de partida, o fato de que é do inesperado que esta narrativa vai tratar. A autora deste modo abre para nós o desconhecido no qual ela mesma entra, a partir de uma experiência que nos é comum a todos. São sensações a que temos acesso através de um relato cujo tempo é a própria medida do acaso e da experiência: “Menos de quinze minutos depois de eu ter tocado o solo, desmoronava minha primeira ideia pronta sobre Israel. Afinal, não foi difícil entrar”.

A autora prossegue descrevendo o caminho até o apartamento em que ficará hospedada. A cidade de Jerusalém, para onde Castro se dirige logo que sai do aeroporto de Tel Aviv, longe de ser apresentada pelos seus já conhecidos locais de peregrinação, chega até nós através das barreiras que ela enfrenta:

Minha imaginação paranoica não resiste à ideia de que no momento em que eu estiver cruzando a cancela uma ressonância magnética revelará todos os segredos do meu corpo, e até de meus pensamentos.

Desse modo, distante da narrativa religiosa que por princípio nos tomaria pelo minimamente conhecido, através do corpo da narradora, acessamos já os entraves que circundam uma cidade sitiada. Chegamos ao aeroporto em Israel, pegamos a estrada, vemos “tanques verde-claros estacionados no acostamento” e nos deparamos logo com as disputas e os limites que o território vive.

Para Bhabha, o narrar é que torna possível o gesto de colocar em cena camadas de “restos, retalhos, pedaços da vida cotidiana”, partes que, para este autor, “são insistentemente transformadas [por narrativas totalitárias] em signos coerentes de uma suposta cultura nacional”⁵². A tensão que experimentamos, as cancelas e os tanques que cruzamos com Flávia Castro, ou os tempos disjuntivos que também conhecemos no relato de Azzouni, no escopo das grandes narrativas que formam e permeiam o conflito Israel/Palestina, são para nós os retalhos, ou os pedaços de um cotidiano, elementos fundamentais para uma leitura menos determinada – e menos determinista – acerca daquele território.

Sob essa ótica, a reportagem de Flávia Castro se desloca das narrativas totalitárias exatamente porque ela atravessa o conflito, muito mais do que o define ou explica. A visita ao Museu do Prisioneiro Palestino, seguida por uma outra, ao Museu do Holocausto, abre contrapontos importantes, pois delineiam, desde já, as duas narrativas a que a autora se refere:

17 DE DEZEMBRO, QUARTA-FEIRA – Da Palestina fomos direto para um dos mais importantes memoriais do Holocausto, o Yad Vashem, localizado numa colina nas proximidades de Jerusalém. Somos recebidos por Avraham Milgram, simpático historiador brasileiro que trabalha lá há muitos anos. Ele nos diz: ‘Cada museu do Holocausto tem o seu ponto de vista. Aqui, toda a narrativa é construída a partir do ponto de vista da vítima.’ Como que em continuação do museu, vejo Jerusalém. Israel, ‘a Terra da Salvação’ para uns, ‘a Terra Prometida’ para outros. O fim da narrativa é claro. Estamos nela. Penso novamente no Museu do Prisioneiro Palestino.

⁵² Tradução livre do original, “(...) the scraps, patches and rags of daily life are repeatedly turned into the signs of a coherent national culture”. (Bhabha, 2006: 209).

A simplicidade de um, a sofisticação do outro. Os dois têm uma coisa em comum: o lugar da vítima, no centro das respectivas narrativas, como ponto de partida para pensar o seu lugar no mundo.

Todos são vítimas, esta é a regra que define os modos de ser nessa geografia violentada; uma afirmativa absolutamente contestável diante da ocupação e da não equiparidade⁵³ que rege as forças que atuam no conflito. Pensamos: se o que há em comum entre o palestino e o israelense é pensar o mundo a partir do seu lugar de vítima, encontramos-nos no cerne do imbróglio: qual das vítimas tem mais ou menos direito a este lugar?

Flávia Castro, neste instante, toca no que talvez seja o mais acentuado dos problemas: a questão territorial. E quase um mês depois, ela volta ao tema: “13 DE JANEIRO, TERÇA-FEIRA – Para eles, o único ponto de partida e de chegada possível para pensar o mundo é a própria tragédia”. E ainda nesse mesmo dia, ela conta:

Numa livraria, vejo um mapa da Palestina de 1948, igual ao que o guia do museu palestino e o colono [no Museu do Holocausto] usaram para suas narrativas. Entro e compro, talvez numa esperança vã de que o traçado das fronteiras me ajude a dar alguma concretude às mil questões que me assolam.

Esforço vão o da narradora, pois não há mapa ou linha fronteira que consiga explicar a divisão entre o território palestino e o ocupado. O trauma ou a crença cega, em cada um, é o que traça o seu mapa; é o que desenha a sua fronteira.

⁵³ Ilan Pappé (2010) faz uma crítica contundente à mídia, de modo geral, dizendo que para narrar o conflito na região, ela parte de um injusto “paradigma de equiparidade”, o que pressupõe uma igualdade entre o Estado de Israel e a Palestina.

Em um território cujo povo experimenta o dilema de ter sido o que hoje não é ou de ter vivido onde hoje não se pode viver, as histórias adquirem um papel crucial: elas representam o esforço de recuperação/sustentação de uma memória e/ou a própria construção do sentido da terra. É assim que nas narrativas acerca deste conflito, de forma muito marcante, a disputa pela fala verdadeira se traveste, ela mesma, na disputa pela própria narrativa.

Através do diário de Flávia Castro, colocamo-nos diante do que, neste conflito, não se consegue medir; é esta a disputa a que temos acesso. O humano que ali habita, de algum modo, insiste em se fazer presente, em estado de conflito. Para a autora, foram 38 dias dos quais ela ainda não falou “dos tomates-cereja, do vinho e das romãs. (...) do mercado, da beleza do deserto”. Mas quem a acompanhou no relato, ficou com as experiências e os lugares de que o conflito se constitui.

Conclusão

Sabemos que a linguagem, e particularmente o modo como a narrativa a pressupõe, assume um caráter eminentemente semiótico, ela é lugar de produção de sentidos, ela não se exaure no dizer, ela é o infindável jogo do significante. Nas palavras de Heidegger, ela é “mais poderosa e por isso [tem] mais peso do que nós mesmos” (2003: 98). E é por este caminho que se deve também entender que olhar a imprensa a partir da narrativa pressupõe colocar em questão uma “tarefa hermenêutica”, pois é o jogo mimético entre o mundo do autor, o da obra e o do leitor que evidencia o processo de produção de sentidos (Ricoeur, 2010). Um processo que, inevitavelmente, produz faltas e diferenças.

Em entrevista concedida ao *Jornal O Globo* (14/01/2012), Bhabha se refere ao poder da narrativa enquanto espaço no qual sentidos e diferenças podem ser notados. Segundo o autor,

a verdadeira natureza da narrativa sempre levanta a questão: se as coisas fossem diferentes, qual poderia ser o resultado? Se eu não fosse eu mesmo, como veria o mundo? (...) Questões sobre alteridade, alternância e contrafactualidade estão no centro do projeto (...) cultural, e é por isso que penso que [o olhar sobre a narrativa] nos ajuda a sobreviver.

Assim, em suas formas factuais e ficcionais, binárias e não, a narrativa é invariavelmente constitutiva de um processo político e estético de produção e ressignificação de sentidos sobre o mundo. E é por este viés que o esforço de compreender o jornalismo através de suas narrativas ajuda-nos a problematizar e criticar seus princípios. A menos que aceitemos que transmitir informação seja sua única função, não há como pensá-lo, através da narrativa como problema (Resende, 2011), sem colocarmos em pauta as insuficiências que a linguagem produz. É do caráter da linguagem não dar conta do todo; é próprio de qualquer sistema de representação significar a falta. Portanto, pelo olhar da narrativa, o jornalismo, a despeito do seu esforço de clareza e precisão, não passaria impune pelos desígnios da linguagem.

A perspectiva sobre o conflito Israel/Palestina a que temos acesso através do relato de Azzouni ou do diário de Castro – esta que torna visível os conflitos dentro do conflito – não comporta o todo e portanto não invalida um outro modo de narrar, mais objetivista, que também guarda o potencial de encenar aspectos importantes que constituem aquele acontecimento. Aqui não está em questão a maneira correta ou não de representar, o que está em jogo é o modo de falar da coisa sobre a qual se fala. Estamos, na verdade, perguntando: em que medida e de que maneira é possível outras formas de narrar o conflito? Edward Said, ao argumentar sobre as formas de representação do colonizado, reitera que “as narrativas são de uma forma ou de outro política e ideologicamente permissíveis” (1989:

222), tudo dependeria dos modos como os tópicos e os sujeitos nelas são inscritos.

Na chamada «grande imprensa», na maioria das vezes, as narrativas a que temos acesso sobre esta geografia violentada são tão controladas pelas instâncias políticas e econômicas que a dominam, que só vemos imperar um discurso binário e dicotômico, pouco afeito às nuances do conflito. Sob essa ótica, os restos que aparecem no relato de Azzouni ou no diário de Castro funcionam como um contraponto essencial. Ali estão narrativas que carregam e guardam a potência de refazer-se em outras, de desdobrar-se. Nas palavras de Michel Serres,

A formação de uma narrativa dá provas (...) de uma tensão incessante entre a necessidade de utilizar formas pre-estabelecidas, um formato, para poder comunicar de maneira confiável e uma equivalente obrigação de quebrar, de refazer essas formas porque as circunstâncias contingentes vêm restringi-las e a repetição pura e simples não comporta nenhuma mensagem. (2015: 191)

No atual quadro histórico-cultural em que nos encontramos, reconhecer esta ambiguidade que conforma a narrativa significa referendar o amálgama estética/política (Rancière, 2012). E desse modo, é à luz de um paradigma relacional que se precisa trabalhar contra a sedimentação das estereotípias, escavando os processos em que conflitos de longa duração se inscrevem e produzindo narrativas que falem também do que constitui os poderes que os engendram. No caso da Palestina, para Edward Said,

É preciso seguir contando histórias de forma contundente e tão insistentemente, e de tantos modos quantos forem possíveis, para chamarmos atenção, pois sempre há o medo de que a Palestina possa desaparecer (2003: 187).

O esforço de apagamento do território palestino tem causado danos irreversíveis em termos humanos e físicos. Porém, ele não tem efetivamente produzido o seu desaparecimento. Ainda que na forma de uma geografia violentada, a Palestina, como nação, segue se reinventando da maneira que pode, e hoje, mais que nunca, além da resistência dos próprios palestinos, são as narrativas que a mantêm viva. É sob esta perspectiva que também tratamos do território palestino – e do conflito ali instalado – como um desafio para a imprensa. Uma geografia exaurida esgarça os domínios do pensamento e da linguagem, tornando irrepresentável o próprio fato de que a geografia é vítima. E neste caso específico, é o próprio que se torna indecifrável.

Sabemos que para a imprensa esta pode não ser das tarefas a mais simples. Porém, mais que transmitir, esta reflexão sugere que hoje representar, nos termos aqui discutidos, é uma de suas funções essenciais. Por este viés, é preciso, mais que nunca, o esforço de narrar essa geografia violentada a partir dos efeitos político-culturais que afetam as experiências de quem vive o conflito. Talvez através desses espaços liminares, retomando a angústia de Michel Serres na epígrafe deste artigo, possamos nos fazer atentos a uma narrativa que seja mais próxima do homem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. (1981). *The dialogic imagination*. Austin: University of Texas Press.
- BARTHES, R. (1988). *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense.
- BENETTI, M. e LAGO, C. (orgs.) (2007). *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis: Vozes.
- BHABHA, H. (2006). *The location of culture*. London: Routledge Classics.
- BHABHA, H. (1990). *Nation and Narration*. London: Routledge.
- BIRD, E. & DARDENNE, R. (1999). “Mito, registro e estórias: explorando as qualidades narrativas das notícias”. In TRAQUINA, N. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’*. Lisboa: Vega.

- CERTEAU, M. (2000). *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes.
- FOUCAULT, M. (2002). *The Archeology of Knowledge*. London: Routledge.
- FRANÇA, V.; CORRÊA, L. (Orgs.). *Mídia, instituições e valores*. Belo Horizonte: Autêntica.
- FRANÇA, V. (2006). «Sujeito da *comunicação*, sujeitos em *comunicação*». In FRANÇA, V.; GUIMARÃES, C. (Orgs.). *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica.
- FRANÇA, V. (2004) “Representações, mediações e práticas comunicativas”. In FOLLAIN & GOMES & PEREIRA (Orgs.). *Comunicação, representação e práticas sociais*. Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- GENET, J. (2003). *The Prisoner of Love*. New York: Review Books.
- GOMES, M. (2008). *Comunicação e Identificação: ressonâncias no jornalismo*. Cotia: Ateliê Editorial.
- HEIDEGGER, M. (2003). *A caminbo da linguagem*. Petrópolis: Vozes.
- KHALIDI, R. (2010). *Palestinian Identity – the construction of modern national consciousness*. New York: Columbia University Press.
- LATOURE, B. (2009). *Jamais fomos modernos – ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Nova Fronteira.
- MARCOS, M. (2010). “Comunicação, experiência e a questão do reconhecimento: a alteridade radical no pensamento de Levinas” (entrevista)” in *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 33, n. 2, pp. 240-251.
- MARCOS, M. (2007). *Princípio da relação e paradigma comunicacional*. Lisboa: Colibri.
- MATAR, D. & HARB, Z. (Eds.) (2013). *Narrating conflict in the Middle East: discourse, image and communications practices in Lebanon and Palestine*. London: I B Tauris.
- MATTOS, O. (2006). *Discretas esperanças – reflexões filosóficas sobre o mundo contemporâneo*. São Paulo: Nova Alexandria.
- PAPPÉ, I. & HILAL, J. (2010). *Across the wall – narratives of Israeli-Palestinian History*. London: I.B.Tauris.
- RANCIÈRE, J. (2012). *O destino das imagens*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- RANCIÈRE, J. (2005). *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Ed. 34.
- RASHID, K. (2010). *Palestinian Identity – The construction of Modern National Consciousness*. New York: Columbia University Press.

- RESENDE, F. (2012). “Falar para as massas, falar com o Outro: valores e desafios do jornalismo”, in FRANÇA, V. & VAZ, P. (Orgs.). *Comunicação midiática: instituições, valores, cultura*. Belo Horizonte: Autêntica.
- RESENDE, F. e PAES, A. (2011^b). The Arab conflicts and the media discourse – a Brazilian perspective», in *Global Media and Communication Journal*. London: Sage, vol.7, n.3, pp. 215-219.
- RESENDE, F. (2011^a) “Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa”, in SILVA, G., KÜNSCH, D., BERGER, C. e ALBUQUERQUE, A. (Orgs.). *Jornalismo contemporâneo – figuras, impasses e perspectivas*. Salvador: Edufba, pp. 119-138.
- RESENDE, F. (2008). “(Des)caminhos: o jornalismo e seus desafios metodológicos”, in *Revista Galáxia*. São Paulo: PUC-SP, n.15/julho.
- RICOEUR, P. (2010). *Tempo e narrativa*. (Tomos 1, 2 e 3). São Paulo: Martins Fontes.
- RICOEUR, P. (2005). “Discours et communication”, in *Cahier de L’Herne Ricouer*. Paris: Editions de L’Herne, n.81.
- ROGOFF, I. (2000). *Terra Infirma: geography’s visual culture*. London: Routledge
- SACCO, J. (2010). *Notas Sobre Gaza*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SACCO, J. (2005). *Palestina – Na Faixa de Gaza*. São Paulo, Conrad.
- SACCO, J. (2000). *Palestina: Uma Nação Ocupada*. São Paulo: Conrad.
- SAID, E. (2003). *Culture and Resistance: conversations with Ed. Said*. Cambridge: South End Press.
- SAID, E. (1994). *Culture and Imperialism*. London: Vintage.
- SAID, E. (1992). *The Question of Palestine*. London: Vintage Books.
- SAID, E. (1989). “Representing the Colonized: Anthropology’s Interlocutors”, in *Critical Inquiry*, Vol. 15, No. 2.
- SAID, E. (1986). *After the last sky*. New York: Pantheon Books.
- SCHUDSON, M. (2001). “The objectivity norm in American newspapers”, in *Journalism: theory, practice and criticism*. Vol.2, N.2, pp. 149-170.
- SERRES, M. (2015). *Narrativas do Humanismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- TAWIL-SOURI, H. (2012). “The necessary politics of Palestinian Cultural Studies”, in SABRY, T. (Ed.). *Arab Cultural Studies – mapping the field*. London: I.B.Tauris.
- TODOROV, T. (2009). *A literatura em perigo*. São Paulo: Difel.

TUCHMAN, G. (1999). “Contando estórias”, in TRAQUINA, N. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’*. Lisboa: Vega.